

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
11/08/2026	Universidade do Estado de Minas Gerais	2351230

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
Camila Fernanda Costa e Cunha Moraes Brandão camila.brandao@uemg.br (37) 3229-3500	UEMG/DIVINOPOLIS/DIRETORIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Câmara Frigorífica Modular, incluindo entrega, montagem, instalação, interligações, testes operacionais e comissionamento, destinada ao Restaurante Universitário da UEMG – Unidade Divinópolis, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD.DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QTD
01	01	002042959	CÂMARA FRIGORÍFICA - TIPO: CONJUNTO INDEPENDENTES E A ANTECÂMARA; TEMPERATURA: ANTECÂMARA +15°C; ESTRUTURA: PAREDES E TETO EXECUTADOS EM TERMO PAINEIS MODULAR; POTENCIA MOTOR: COMPRESSOR HERMETICO TRIFASICO; UNIDADE EVAPORADORA: INDEPENDENTES POR CÂMARA E CONDENSADORA REMOTA; PORTAS: FRIGORÍFICAS DE ABRIR COM NÚCLEO EM POLIURETANO; DIMENSÕES: 0,90 X 2,00 M (VAO LIVRE); ACESSÓRIOS (1): SEM ACESSÓRIOS; ACESSÓRIOS (2): NÃO APLICÁVEL; ACESSÓRIOS (3): NÃO APLICÁVEL;	CONJUNTO DE CÂMARA FRIGORÍFICA/SISTEMA MODULAR DESMONTÁVEL, COM ANTECÂMARA +15°C: 4,47 M (C) X 1,50 M (L) X 2,30 M (H); CÂMARA DE CARNES -5°C: 2,49 M (C) X 2,58 M (L) X 2,30 M (H); CÂMARA DE VEGETAIS +3°C: 2,49 M (C) X 2,79 M (L) X 2,30 M (H); CÂMARA DE ALIMENTOS PRÉ-PREPARADOS 0°C: 1,75 M (C) X 2,50 M (L) X 2,30 M (H) + 0,90 M (C) X 1,60 M (L) X 2,30 M (H); CÂMARA DE LATICÍNIOS E OVOS +3°C: 1,76 M (C) X 2,50 M (L) X 2,30 M (H); CÂMARA DE CONGELADOS -18°C: 1,76 M (C) X 2,50 M (L) X 2,30 M (H); PAREDES E TETO EXECUTADOS EM TERMO PAINEIS MODULARES COM REVESTIMENTO METÁLICO GALVALUME PRÉ-PINTADO NA COR BRANCA (RAL 9003), NÚCLEO ISOLANTE EM EPS ISENTO DE CFC, COM RETARDANTE DE CHAMA CLASSE F1, CONFORME NBR VIGENTE; PISO COM ISOLAMENTO TÉRMICO EM PLACAS DE EPS DE 100 MM, SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO EM FRIO ASFALTO; PORTAS FRIGORÍFICAS COM VEDAÇÃO EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA E CORTINAS DE TIRAS DE PVC TRANSLUCIDAS; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO CENTRAL COM CONDENSADORA REMOTA E EVAPORADORAS INDEPENDENTES POR CÂMARA, CONTROLE DIGITAL DE TEMPERATURA, DEGELO ELÉTRICO AUTOMÁTICO, TUBULAÇÃO EM COBRE ISOLADA, COMPRESSOR HERMÉTICO TRIFÁSICO, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO; ILUMINAÇÃO EM LED COM ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP65, INFRAESTRUTURA ELÉTRICA ADEQUADA A AMBIENTES FRIGORÍFICOS; INSTALAÇÃO COMPLETA; INCLUI ENTREGA, MONTAGEM, INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA E FRIGORÍFICA, PARTIDA DO SISTEMA E TESTES OPERACIONAIS; ATENDER AS NORMAS ABNT NBR E ANVISA VIGENTES	unidade	01

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

1.2.1. A Câmara Frigorífica Modular, incluindo fornecimento, transporte, montagem, instalação elétrica, testes, ajustes e comissionamento, será destinada ao Restaurante Universitário da Unidade de Divinópolis da Universidade do Estado de Minas Gerais. A solução proposta visa garantir o armazenamento adequado e segregado de produtos congelados, resfriados e perecíveis, com foco em segurança alimentar, eficiência operacional e eficiência energética.

Quantidade: 1 unidade.

Capacidade: Capacidade operacional mínima para o recebimento e armazenamento de carga diária de 700 kg de produtos, sem comprometimento das temperaturas, do desempenho e da segurança do sistema.

Finalidade: Armazenamento adequado e segregado de produtos congelados, resfriados e perecíveis, com controle de temperatura rigoroso para garantir segurança alimentar, eficiência energética e operacional.

Características Estruturais:

DISPOSIÇÃO:

-Antecâmara: função de zona de transição térmica e higienização com área de 6,7m². Dimensão interna de 1,5m x 4,47m

-Câmaras principais:

Carnes: área= 6,43m² com dimensão interna de 2,49m x 2,58m

Vegetais: área= 6,93m² com dimensão interna de 2,49m x 2,79m

Alimentos Pré-preparados: área= 5,81m² com dimensão interna de 1,75m x 2,5m e 0,9m x 1,6m

Laticínios e ovos: área= 4,40m² com dimensão interna de 1,76m x 2,5m

Congelados: 4,40m² com dimensão interna de 1,76m x 2,5m

Revestimento das Paredes: Termo painéis modulares com revestimento metálico Galvalume pré-pintado na cor branca (RAL 9003), núcleo isolante

em EPS (poliestireno expandido), isento de CFC, com retardante de chama classe F1, conforme NBR 11948. A espessura mínima do painel será de 100 mm para o compartimento de congelados e 70 mm para o compartimento de resfriados.

Revestimento do Teto: Painéis isotérmicos com espessura mínima de 70 mm, com dupla face.

Revestimento do Piso: Isolamento térmico composto por placas de EPS com espessura mínima de 100 mm, sobre impermeabilização com frio asfalto, mantendo o piso existente como base.

Condições Operacionais:

Temperatura de Entrada dos Produtos:

– Congelados: até -5 °C;

– Resfriados: até +20 °C.

Temperatura Interna de Operação da Câmara:

– Antecâmara: +15 °C;

– Câmara de Carnes: -5 °C;

– Câmara de Vegetais: +3 °C;

– Câmara de Alimentos Pré-preparados: 0 °C;

– Câmara de Laticínios e Ovos: +3 °C;

– Câmara de Congelados: -18 °C.

Carga Diária de Operação: capacidade mínima para recebimento e armazenamento de 700 kg de produtos por dia, mantidas as condições de temperatura e desempenho estabelecidas.

Equipamentos e Componentes:

Unidades Condensadoras Frigoríficas: 5 (cinco) unidades, com potências de 2,0 HP e 3,0 HP, trifásicas em 220 V, com compressores herméticos de última geração, baixo nível de ruído e consumo de energia, base com pintura anticorrosiva e condensadores a ar com ventiladores adequados à operação em ambientes com temperaturas elevadas.

Quadros de Comando Elétrico: 5 (cinco) unidades, com microprocessador digital para controle de temperatura interna, degelo elétrico automático, chave magnética, relé de falta de fase, relé de tempo, chave liga/desliga, sinalizadores LED, contadores e disjuntores para proteção dos equipamentos.

Unidades Evaporadoras com Degelo Elétrico: 6 (seis) unidades, sendo 3 (três) unidades com 3 (três) ventiladores cada e 3 (três) unidades com 2 (dois) ventiladores cada, estrutura em alumínio e tubulação de cobre testada à pressão tecnicamente especificada e pressurizada com nitrogênio.

Termopainéis modulares com revestimento metálico Galvalume pré-pintado na cor branca (RAL 9003), núcleo isolante em EPS, isento de CFC e com retardante de chama classe F1, conforme norma técnica vigente, em quantidade suficiente para a execução integral da estrutura. A espessura mínima será de 100 mm para as paredes do compartimento de congelados e de 70 mm para as paredes e o teto dos compartimentos resfriados.

Isolamento Térmico do Piso: Fornecimento de 1 conjunto composto por placas de EPS de 100 mm e aplicação de frio asfalto para impermeabilização.

Tubulação e Fluido Refrigerante: 6 (seis) conjuntos de tubulação, com 10 (dez) metros cada, incluindo tubos de cobre, luvas, sifões, porcas de latão, isolamento térmico, suportes, conexões, acessórios e fluido refrigerante em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Portas Frigoríficas de Abrir: 6 (seis) unidades, com dimensões de 0,90 m x 2,00 m de vão livre, núcleo injetado em poliuretano, vedação em borracha termoplástica e cortinas de tiras de PVC translúcidas.

Os quantitativos especificados para as unidades condensadoras, quadros de comando elétrico, unidades evaporadoras, conjuntos de tubulação e portas frigoríficas são obrigatórios e deverão ser integralmente contemplados na proposta e no fornecimento, não sendo admitida sua redução. Todos os equipamentos deverão possuir capacidades compatíveis com os compartimentos atendidos e com as respectivas faixas de temperatura.

Execução e Serviços:

Transporte, Montagem e Instalação: Inclui o transporte do equipamento até o local indicado pela Administração, montagem estrutural, instalação elétrica e frigorígena, interligações e testes operacionais.

Comissionamento e Testes de Funcionamento: Garantia de que o equipamento será entregue completamente montado e em pleno funcionamento, com a realização de testes operacionais para garantir a eficácia do sistema de refrigeração.

Entrega e Finalização: A Câmara Frigorífica modular será entregue no Restaurante Universitário da Unidade de Divinópolis da UEMG, completamente instalada, testada e em funcionamento, pronta para uso, atendendo todas as especificações de capacidade, segurança alimentar e eficiência energética.

1.2.2. Além do fornecimento da câmara, a contratação incluirá todos os serviços necessários para a montagem, instalação (inclusive instalação elétrica), testes operacionais, ajustes finais e comissionamento. O contratado deverá garantir que a instalação seja feita de acordo com as especificações técnicas do projeto, incluindo a adequação à infraestrutura existente do Restaurante Universitário de Divinópolis. A instalação elétrica, a interligação dos sistemas frigorígenos e os testes de funcionamento serão realizados pelo contratado, assegurando que o sistema esteja plenamente operacional e conforme os requisitos estabelecidos.

1.2.3. Antes de iniciar a instalação da Câmara Frigorífica Modular, a contratada deverá realizar vistoria no local indicado pela Administração, a fim de verificar a compatibilidade da infraestrutura existente com as especificações do projeto e com os requisitos técnicos necessários às instalações elétricas e frigoríficas. A vistoria deverá ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, da Autorização de Fornecimento ou de documento equivalente, devendo o respectivo relatório ser encaminhado à Administração antes do início da montagem. A realização da vistoria e a elaboração do relatório estão compreendidas no prazo total de entrega do objeto e não implicam sua suspensão ou prorrogação automática.

1.2.4. A descrição técnica detalhada da Câmara Frigorífica, incluindo o projeto estrutural, as especificações dos componentes e o sistema de refrigeração, está contida no **Anexo I** deste Termo de Referência, sendo parte integrante deste processo licitatório.

1.2.5. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

1.3. DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3.2. O objeto caracteriza-se como fornecimento não continuado, uma vez que a necessidade será atendida mediante o fornecimento integral da Câmara Frigorífica Modular e a execução dos serviços acessórios de transporte, descarga, movimentação, montagem, instalação, interligações elétricas e frigoríficas, ajustes, partida, testes operacionais, comissionamento e recebimento definitivo.

1.3.3. Será formalizado instrumento de contrato, considerando o valor e a complexidade da contratação, a execução de serviços especializados de montagem e instalação e a existência de obrigações futuras relacionadas à garantia e à assistência técnica.

1.3.4. O prazo de garantia contratual será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, permanecendo exigíveis as obrigações correspondentes durante todo o período estabelecido, ainda que ultrapassado o prazo de vigência do contrato.

1.3.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação.

2. DOS LOTES:

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

2.1.1. A contratação será estruturada em lote único, composto por um único item, correspondente ao fornecimento da Câmara Frigorífica Modular completa, incluindo transporte, descarga, montagem, instalação, interligações elétricas e frigoríficas, ajustes, partida, testes

operacionais e comissionamento. Não há agrupamento de itens distintos, uma vez que todos os componentes e serviços acessórios integram uma solução única, interdependente e funcional. A contratação conjunta preserva a compatibilidade técnica dos componentes, a responsabilidade única pelo desempenho do sistema, a economia de escala e a eficiência da gestão e da fiscalização contratual, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. DOS LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- 2.2.1. A participação na presente contratação é aberta a todos, sem exclusividade ou reserva de lote para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e da Lei Complementar nº 123, de 2006, considerando a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar. O valor estimado do lote único é superior a R\$ 80.000,00 e o objeto possui natureza indivisível, por configurar sistema único e integrado, não sendo tecnicamente viável a reserva de cota de até 25% sem prejuízo à funcionalidade, à compatibilidade dos componentes, à responsabilidade pela instalação, ao desempenho global e à garantia da solução. A ausência de exclusividade ou reserva de cota não impede a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, que permanecerão beneficiários dos demais tratamentos diferenciados previstos na legislação aplicável.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A contratação tem por objeto a aquisição de 1 (uma) Câmara Frigorífica Modular completa, destinada ao Restaurante Universitário da UEMG – Unidade Divinópolis, composta por antecâmara e compartimentos independentes para o armazenamento segregado de carnes, vegetais, alimentos pré-preparados, laticínios, ovos e produtos congelados, observadas as diferentes condições de temperatura necessárias à conservação de cada grupo de alimentos.
- 3.2. A solução deverá compreender o fornecimento integral da estrutura modular, dos painéis e elementos de isolamento térmico, das portas frigoríficas, dos sistemas de refrigeração, das unidades evaporadoras e condensadoras, dos controles de temperatura, dos sistemas de degelo, das tubulações, dos componentes elétricos e frigoríficos, da iluminação, dos elementos de vedação e de todos os demais materiais, equipamentos, acessórios e dispositivos indispensáveis ao seu pleno funcionamento.
- 3.3. A contratação abrangerá, ainda, transporte, carga e descarga, movimentação dos componentes até o local de instalação, montagem, instalação, interligações elétricas e frigoríficas, ajustes, partida, testes operacionais e comissionamento. Ao término da execução, a solução deverá ser entregue completa, instalada, testada, funcional e pronta para utilização pela Administração, não sendo admitida a transferência à UEMG de etapas, componentes ou serviços indispensáveis à conclusão do objeto.
- 3.4. Os equipamentos, materiais e componentes empregados deverão ser novos, sem uso anterior, compatíveis entre si e adequadamente dimensionados para as condições de operação previstas. A solução deverá apresentar desempenho térmico, estabilidade operacional, segurança, durabilidade, eficiência energética, facilidade de higienização e condições adequadas de operação e manutenção, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.
- 3.5. A Câmara Frigorífica deverá ser compatível com o espaço físico destinado à instalação no Restaurante Universitário, observando as dimensões disponíveis, as condições de acesso, a movimentação dos componentes, a infraestrutura existente e os demais elementos que possam interferir na entrega, montagem e instalação.
- 3.6. A solução deverá atender às normas técnicas, sanitárias, ambientais, de segurança e demais regulamentações vigentes aplicáveis à fabricação, ao transporte, à montagem, à instalação e ao funcionamento de câmaras frigoríficas e ao armazenamento de alimentos. A contratada deverá observar também as recomendações dos fabricantes dos componentes utilizados e adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança das pessoas, das instalações e dos equipamentos.
- 3.7. A contratação possui natureza de aquisição de bem permanente, com fornecimento não continuado, incluindo os serviços acessórios indispensáveis à disponibilização da solução. A obrigação principal será concluída após o fornecimento, a montagem, a instalação, os testes, o comissionamento e o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das obrigações posteriores decorrentes da garantia e da assistência técnica.
- 3.8. Considerando o ciclo de vida do objeto, deverão ser utilizados materiais e componentes duráveis, eficientes, reparáveis e passíveis de manutenção, reduzindo-se a necessidade de substituições prematuras, o consumo excessivo de energia e a geração de resíduos. Também deverão ser observadas práticas de sustentabilidade relacionadas ao isolamento térmico, à eficiência energética, à utilização de fluidos refrigerantes permitidos pela regulamentação ambiental e à destinação adequada das embalagens, materiais excedentes, peças e componentes substituídos.
- 3.9. A solução deverá contar com prazo de garantia contratual mínimo de 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Durante esse período, a contratada deverá assegurar, sem ônus adicional para a Administração, a correção dos defeitos decorrentes de fabricação, fornecimento, montagem, instalação ou inadequação dos componentes, incluindo assistência técnica, diagnóstico, mão de obra, deslocamentos, reparos, retirada e reinstalação, fornecimento e substituição de peças, materiais e componentes necessários ao restabelecimento das condições normais de funcionamento.
- 3.10. A contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar infraestrutura adequada para o recebimento, a conservação e o armazenamento dos gêneros alimentícios destinados ao Restaurante Universitário da UEMG – Unidade Divinópolis, cuja implantação exige solução compatível com a rotina operacional de um serviço institucional de alimentação coletiva.
- 3.11. O armazenamento de carnes, vegetais, alimentos pré-preparados, laticínios, ovos e produtos congelados demanda ambientes refrigerados distintos, com segregação e controle adequado das condições de temperatura, de forma a preservar as características dos produtos, reduzir riscos de contaminação cruzada e assegurar condições apropriadas de segurança alimentar.
- 3.12. A inexistência de estrutura frigorífica adequada poderá comprometer o recebimento e a conservação dos gêneros alimentícios, aumentar perdas e desperdícios, dificultar a organização dos estoques e limitar ou inviabilizar o funcionamento regular do Restaurante Universitário. Soluções compostas exclusivamente por equipamentos independentes de menor porte não apresentam a mesma capacidade de integração, organização, segregação e aproveitamento do espaço proporcionada pela solução modular escolhida.
- 3.13. A Câmara Frigorífica Modular permitirá concentrar os diferentes ambientes de armazenamento em uma única estrutura planejada para a necessidade da Unidade, garantindo maior controle operacional, melhor organização dos estoques, racionalização do espaço físico e condições adequadas para a conservação simultânea dos diferentes grupos de alimentos.
- 3.14. A contratação integrada do fornecimento, da montagem, da instalação e do comissionamento permitirá atribuir a uma única contratada a responsabilidade pela compatibilidade entre os componentes, pela correta execução dos serviços e pelo desempenho final do conjunto, reduzindo riscos de incompatibilidade, indefinição de responsabilidades e dificuldades de gestão e fiscalização.
- 3.15. A solução escolhida encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou sua maior adequação técnica e operacional em comparação às demais alternativas avaliadas, bem como sua compatibilidade com o interesse público, com o planejamento institucional e com a necessidade de implantação do Restaurante Universitário.
- 3.16. A contratação proporcionará benefícios diretos relacionados à segurança alimentar, à redução de perdas e desperdícios, à melhoria da organização dos estoques, ao aproveitamento eficiente dos recursos materiais, humanos e financeiros e à disponibilização de infraestrutura indispensável ao funcionamento do Restaurante Universitário. Indiretamente, contribuirá para o fortalecimento das ações institucionais de assistência e permanência estudantil e para a adequada prestação dos serviços à comunidade acadêmica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. **Da participação de consórcios:**

- 4.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que, embora o objeto envolva solução especializada, sua complexidade e dimensão econômica não exigem a reunião de empresas para sua execução, tendo o levantamento de mercado demonstrado a existência de fornecedores capazes de executar integralmente e de forma independente o objeto.
- 4.1.2. O levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar demonstrou a existência de fornecedores especializados capazes de fornecer, montar, instalar, testar e comissionar, de forma independente, a solução completa, inclusive com a prestação da garantia e da assistência técnica exigidas.
- 4.1.3. A execução do objeto demanda responsabilidade única pela compatibilidade dos componentes, pela montagem, pelas interligações, pelo desempenho global do sistema e pela garantia da solução. A participação de consórcios não proporcionaria ampliação relevante da competitividade e poderia acrescentar complexidade desnecessária à definição de responsabilidades, à gestão, à fiscalização e à apuração de eventuais falhas durante a execução e o período de garantia.

4.2. **Da subcontratação:**

- 4.2.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada aos serviços acessórios de transporte, carga, descarga e movimentação dos materiais, equipamentos e componentes até o local de instalação, mediante prévia autorização da Administração.
- 4.2.2. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como das parcelas relacionadas ao dimensionamento da solução, ao fornecimento da Câmara Frigorífica Modular e de seus componentes principais, à montagem e integração do sistema, às interligações elétricas e frigoríficas, aos ajustes, à partida, aos testes operacionais, ao comissionamento, à assistência técnica e à garantia.
- 4.2.3. A subcontratação não transfere à subcontratada as obrigações assumidas perante a Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução, qualidade, segurança, compatibilidade, desempenho e garantia do objeto, bem como pelos atos e omissões das empresas eventualmente subcontratadas.
- 4.2.4. A contratada deverá apresentar à Administração, antes do início das atividades subcontratadas, a documentação de regularidade e de capacidade técnica pertinente da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo.
- 4.2.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o art. 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.3. **Da Sustentabilidade:**

4.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:

- 4.3.1.1. Os equipamentos e componentes da Câmara Frigorífica deverão ser corretamente dimensionados para as condições de utilização previstas, de modo a proporcionar desempenho térmico adequado, estabilidade operacional e racionalização do consumo de energia elétrica.
- 4.3.1.2. A estrutura deverá possuir isolamento térmico e sistemas de vedação compatíveis com as temperaturas de operação, reduzindo perdas térmicas, oscilações de temperatura e consumo desnecessário de energia.
- 4.3.1.3. Os equipamentos, materiais e componentes deverão ser novos, duráveis, resistentes às condições de uso, passíveis de manutenção e, sempre que tecnicamente possível, reparáveis e substituíveis individualmente, reduzindo a necessidade de substituição prematura do conjunto e a geração de resíduos.
- 4.3.1.4. Os fluidos refrigerantes utilizados deverão ser permitidos pela legislação e regulamentação ambiental vigentes, sendo vedado o emprego de substâncias proibidas. A instalação deverá assegurar a estanqueidade do sistema e prevenir vazamentos, não sendo admitida a liberação deliberada de fluidos refrigerantes no meio ambiente.
- 4.3.1.5. A contratada deverá adotar procedimentos adequados para o recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação dos fluidos refrigerantes eventualmente retirados durante a instalação ou durante os atendimentos realizados no período de garantia.
- 4.3.1.6. As embalagens deverão ser utilizadas apenas na quantidade necessária à proteção dos equipamentos e componentes, priorizando-se, sempre que tecnicamente viável, materiais recicláveis, reutilizáveis ou provenientes de fontes ambientalmente responsáveis.
- 4.3.1.7. A contratada será responsável pela organização, coleta, segregação, retirada e destinação ambientalmente adequada das embalagens, sobras de materiais, recortes de painéis, cabos, tubulações, componentes e demais resíduos gerados durante o transporte, a montagem, a instalação, os testes e o comissionamento, não sendo permitido seu abandono nas dependências da UEMG.
- 4.3.1.8. Durante o período de garantia, caberá à contratada promover a destinação ambientalmente adequada das peças, componentes, materiais, óleos e fluidos por ela retirados ou substituídos, observando os sistemas de logística reversa aplicáveis.
- 4.3.1.9. A contratada deverá observar a legislação ambiental, sanitária e de segurança aplicável ao objeto, especialmente os critérios e práticas de sustentabilidade estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 48.938, de 7 de novembro de 2024, adotando medidas voltadas à eficiência no uso de recursos naturais, à redução da geração de resíduos, à durabilidade dos bens e à prevenção de impactos ambientais.
- 4.3.1.10. A comprovação do atendimento aos requisitos de sustentabilidade poderá ocorrer mediante apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais, declarações do fabricante, certificados ou outros documentos tecnicamente idôneos, conforme a natureza de cada requisito.

4.4. **Da vedação de utilização de marca ou modelo:**

- 4.4.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

4.5. **Da exigência de carta de solidariedade:**

- 4.5.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

4.6. **Da Garantia da Contratação:**

- 4.6.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

4.7. **Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica:**

- 4.7.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal prevista no art. 26 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.
- 4.7.2. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante de algum equipamento ou componente seja inferior ao estabelecido, a contratada

deverá complementar a garantia pelo período restante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.7.3. As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo seus respectivos prazos ser somados.

4.7.4. A garantia deverá manter a Câmara Frigorífica Modular, seus equipamentos, componentes e instalações em perfeitas condições de funcionamento, abrangendo defeitos relacionados à fabricação, ao fornecimento, à montagem, à instalação, às interligações elétricas e frigoríficas, aos ajustes, à programação, aos testes, ao comissionamento e à compatibilidade entre os elementos integrantes da solução.

4.7.5. A garantia abrangerá a manutenção corretiva da solução pelo próprio contratado ou por assistência técnica por ele autorizada, mediante deslocamento de profissional até o local de instalação, sempre que a natureza do defeito permitir sua correção no próprio local.

4.7.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a diagnosticar e corrigir falhas ou defeitos apresentados pela solução, compreendendo a realização de ajustes, reparos, regulagens, correções, reinstalações e substituições de peças, materiais, equipamentos ou componentes necessários ao restabelecimento integral das condições normais de funcionamento.

4.7.7. As peças, materiais, equipamentos ou componentes substituídos durante a garantia deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com a solução instalada e apresentar padrões de qualidade, desempenho, durabilidade e segurança iguais ou superiores aos dos elementos originalmente fornecidos, sem redução das características técnicas ou da capacidade operacional do conjunto.

4.7.8. Todos os custos relacionados aos atendimentos realizados durante a garantia correrão por conta da contratada, incluindo diagnóstico, mão de obra, deslocamentos, hospedagem, alimentação, transporte, fretes, ferramentas, retirada e reinstalação de equipamentos ou componentes, fornecimento de peças, materiais e demais despesas necessárias à correção do defeito.

4.7.9. A contratada deverá iniciar o atendimento técnico no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da notificação encaminhada pela Administração, e concluir o reparo ou a substituição necessária no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do início do atendimento.

4.7.10. O prazo para conclusão do reparo ou da substituição poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada da contratada, apresentada antes do término do prazo inicial e aceita expressamente pela Administração.

4.7.11. A retirada de equipamentos ou componentes das dependências da UEMG somente poderá ocorrer quando tecnicamente necessária, mediante autorização prévia da fiscalização, ficando a contratada responsável pela desmontagem, retirada, transporte, guarda, reparação, devolução e reinstalação, sem qualquer ônus para a Administração.

4.7.12. Decorrido o prazo estabelecido sem o atendimento da solicitação ou sem a apresentação e aceitação de justificativa, a Administração poderá contratar terceiro para executar os reparos, ajustes ou substituições necessários e exigir da contratada o reembolso integral dos custos correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e sem que isso acarrete a perda das demais condições da garantia.

4.7.13. A garantia não abrangerá defeitos comprovadamente decorrentes de uso inadequado, intervenção realizada por pessoa não autorizada, acidentes externos ou outras causas não imputáveis à contratada, cabendo a esta demonstrar tecnicamente a ocorrência da hipótese de exclusão.

4.7.14. A garantia legal e a garantia contratual possuem prazos próprios e independentes da vigência do contrato, permanecendo exigíveis todas as obrigações nelas previstas durante os respectivos períodos, inclusive após o encerramento da vigência contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Do prazo de Entrega:

5.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, da Autorização de Fornecimento ou de documento equivalente, em remessa única.

5.1.2. O prazo de entrega compreenderá o transporte, a carga e descarga, a movimentação dos materiais e equipamentos até o local de instalação, a montagem, as interligações elétricas e frigoríficas, os ajustes, a partida, os testes operacionais e o comissionamento da Câmara Frigorífica Modular.

5.1.3. A entrega somente será considerada concluída após a disponibilização da solução completa, instalada, testada, em pleno funcionamento e pronta para utilização pela Administração, sem prejuízo das etapas posteriores de recebimento provisório e definitivo.

5.1.4. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar sua prorrogação, cabendo à área demandante decidir motivadamente sobre o pedido, desde que não haja prejuízo à Administração e à implantação do Restaurante Universitário, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior, conforme disposto no inciso V do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2. Do Local e Horário de Entrega:

5.2.1. Os materiais deverão ser entregues no Restaurante Universitário da UEMG – Unidade Divinópolis, situado na Avenida Paraná, nº 3.001, Bairro Jardim Belvedere I, Divinópolis/MG, CEP 35.501-170, no horário de 9h às 18h, em dias úteis.

5.2.2. A data e o horário da entrega deverão ser previamente agendados com a fiscalização ou com a área demandante, por meio dos contatos informados na Autorização de Fornecimento ou em documento equivalente, a fim de assegurar a disponibilidade do local, o acesso da equipe e o acompanhamento da descarga, da movimentação, da montagem e da instalação.

5.2.3. Antes do deslocamento para entrega, a contratada deverá confirmar as condições de acesso ao local e adotar as providências necessárias ao transporte e à movimentação segura dos materiais, equipamentos, ferramentas e componentes.

5.2.4. O transporte, a carga, a descarga e a movimentação dos materiais, equipamentos e componentes até o local definitivo de instalação ficarão integralmente a cargo da contratada, que deverá disponibilizar mão de obra, veículos, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários, sem ônus adicional para a Administração.

5.2.5. A entrega física dos componentes não caracterizará o cumprimento integral da obrigação, que somente será considerada concluída após a montagem, a instalação, as interligações elétricas e frigoríficas, os ajustes, a partida, os testes operacionais, o comissionamento e a disponibilização da Câmara Frigorífica Modular em pleno funcionamento e pronta para uso.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

6.1. Do Recebimento:

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente após a conclusão integral da entrega definida neste Termo de Referência, compreendendo transporte, descarga, movimentação, montagem, instalação, interligações elétricas e frigoríficas, ajustes, partida, testes operacionais e comissionamento, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações, a proposta e as demais exigências contratuais.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do

recebimento provisório.

6.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

6.1.8. Para o recebimento provisório, a contratada deverá apresentar os manuais de operação e manutenção, certificados de garantia, fichas técnicas dos equipamentos e componentes instalados, relação dos respectivos fabricantes e modelos, relatório dos testes operacionais e do comissionamento e demais documentos técnicos exigidos no Termo de Referência.

6.1.9. Durante a verificação para o recebimento definitivo, serão avaliados, entre outros aspectos, a integridade e a qualidade dos materiais e componentes, a compatibilidade da solução com as especificações técnicas, as dimensões e a compartimentação da estrutura, a vedação das portas e painéis, o funcionamento dos sistemas de refrigeração, controle de temperatura, degelo, iluminação e demais funcionalidades previstas, bem como a segurança e a qualidade das instalações elétricas e frigoríficas.

6.1.10. A contratada deverá demonstrar, por meio dos testes operacionais e do comissionamento, que todos os ambientes da Câmara Frigorífica atingem e mantêm as faixas de temperatura estabelecidas para cada compartimento, em condições regulares de funcionamento.

6.1.11. Eventuais pendências, defeitos, falhas de instalação, desconformidades ou necessidade de ajustes identificados durante o recebimento provisório deverão ser corrigidos integralmente pela contratada, às suas expensas, antes do recebimento definitivo.

6.1.12. O prazo para o recebimento definitivo ficará suspenso enquanto houver pendências imputáveis à contratada, reiniciando-se após a comunicação formal da conclusão das correções e a disponibilização do objeto para nova verificação pela Administração.

6.1.13. O recebimento definitivo não será emitido enquanto a Câmara Frigorífica Modular não estiver completa, instalada, testada, comissionada, em pleno funcionamento e acompanhada de toda a documentação técnica e de garantia exigida.

6.2. Da Liquidação:

6.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.2.2.1. O vencimento;
- 6.2.2.2. A data da emissão;
- 6.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 6.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 6.2.2.5. O valor a pagar; e
- 6.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

6.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Do pagamento:

6.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

6.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.4. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

6.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

6.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.4. Da Retenção Imposto de Renda na Fonte:

6.4.1. Considerando que o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento de recurso extraordinário (RE 607.886), fixou tese com repercussão geral (TEMA 1130), em que se decidiu pertencer aos municípios, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, em cumprimento ao disposto no art. 157, I da Constituição Federal;

6.4.2. Considerando as recomendações contidas no Parecer Jurídico nº 16.457/2022, expedido pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais - AGE/MG;

6.4.3. Considerando o disposto na Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, expedida pela Receita Federal do Brasil, e

alterações;

6.4.4. As unidades gestoras de orçamento e finanças da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficam obrigadas a procederem com a retenção do Imposto de Renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, observando:

6.4.4.1. Os valores retidos deverão ser recolhidos imediatamente ao Tesouro Estadual - Secretaria de Estado de Fazenda - SEF/MG, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI/MG);

6.4.4.2. As retenções do I.R. deverão ser efetuadas de forma imediata, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura, devendo ser destacadas no corpo do documento fiscal, observando-se as alíquotas estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012. Anexo I - TABELA DE RETENÇÃO, disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200>;

6.4.4.3. A obrigação de retenção do I.R. alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades, que deverão orientar seus prestadores de serviços e fornecedores de bens a emitirem as notas fiscais em observância às regras de retenção, salvo as exceções estabelecidas pela legislação tributária;

6.4.4.4. As retenções efetuadas serão consideradas como antecipação do valor devido pelos contribuintes e serão objeto de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica;

6.4.4.5. Configura obrigação do órgão/entidade cobrar a comprovação da situação especial para a não incidência, seja ela decorrente de enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma ou condição excepcional observada pela legislação federal.

7. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Regras Gerais:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº. 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da fiscalização do contrato:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.1.1. Fica designado como fiscal do contrato a servidora ISABELLA LUISA DOS SANTOS, MASP: 1578047-1, lotada na Unidade SEI UEMG/DIVINOPOLIS/INFRA, e, em sua ausência, como fiscal suplente, o servidor EDUARDO DE SOUZA MARTINELLI, MASP: 1626303-0, lotado na Unidade SEI UEMG/DIVINOPOLIS/COMPRAS, para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação como representantes da Administração, nos termos do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §§1º e 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. Da gestão do contrato:

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.1.1. Fica designada como gestora do contrato a servidora CAMILA FERNANDA COSTA E CUNHA MORAES BRANDÃO, MASP: 1487208-9, lotada na Unidade SEI UEMG/DIVINOPOLIS/DIRETORIA, e, em sua ausência, como gestora suplente, a servidora FERNANDA DE OLIVEIRA BUSTAMANTE, MASP: 1489361-4, lotada na Unidade SEI UEMG/DIVINOPOLIS/VICDIR, para acompanhar e gerenciar a execução contratual como representantes da Administração, nos termos do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal, tendo em vista a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

8.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

8.2.1. A proposta comercial deverá conter minimamente as seguintes informações:

8.2.1.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados;

8.2.1.2. Valor unitário dos itens e valor total do lote, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

8.2.1.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública;

8.2.1.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

8.2.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

8.2.2.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

8.2.3. Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto e/ou memorial descritivo e/ou documento técnico equivalente que identifique a solução ofertada e permita a verificação de todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2.3.1. A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

8.2.4. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

8.2.4.1. Contiverem vícios insanáveis;

8.2.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

8.2.4.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.4.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.2.4.6. Não apresentarem, de forma clara, as dimensões da estrutura, a configuração dos compartimentos, as respectivas faixas de temperatura, as características dos painéis e do isolamento térmico, os sistemas de refrigeração, a tensão de alimentação, a potência elétrica estimada, o fluido refrigerante utilizado e as demais informações necessárias à verificação da conformidade da solução ofertada.

8.2.4.7. Quando se tratar de solução fabricada ou dimensionada especificamente para a contratação, não forem acompanhadas de memorial descritivo, ficha técnica elaborada pelo fornecedor ou documento equivalente que permita verificar o atendimento às especificações, não sendo exigida a existência de catálogo comercial padronizado para toda a Câmara Frigorífica Modular.

8.2.4.8. Não declararem expressamente que o valor ofertado contempla todos os materiais, equipamentos, componentes e serviços necessários à entrega da solução completa e em funcionamento, incluindo transporte, carga e descarga, movimentação até o local de instalação, montagem, instalações e interligações elétricas e frigoríficas, ajustes, partida, testes operacionais e comissionamento.

8.2.4.9. Não indicarem prazo de garantia contratual mínimo de 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, abrangendo a Câmara Frigorífica Modular, seus equipamentos, componentes, montagem, instalação e interligações.

8.2.4.10. Deixarem de apresentar, no prazo fixado pela Administração, os esclarecimentos ou documentos técnicos complementares necessários à comprovação da conformidade da solução ofertada, ressalvado que a diligência não poderá resultar na alteração da proposta ou na substituição da solução originalmente ofertada.

8.2.4.11. Apresentarem omissões ou inconsistências insanáveis que alterem o conteúdo, o valor ou as características essenciais da proposta, esclarecendo-se que omissões ou inconsistências de natureza meramente formal, passíveis de saneamento sem alteração da proposta, não constituirão motivo de desclassificação.

8.3. Da Amostra:

8.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

8.4. Da Prova de Conceito (PoC):

8.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO:

9.1. Habilitação Jurídica:

- 9.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).
- 9.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- 9.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.
- 9.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 9.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 9.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 9.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
 - 9.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.4. Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

- 9.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal, assinada por responsável técnico do interessado, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, não sendo obrigatória a realização de visita técnica.
- 9.4.2. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no conselho profissional competente, em plena validade e compatível com as atividades técnicas abrangidas pelo objeto.
- 9.4.3. Comprovação de aptidão técnico-operacional para o fornecimento e a instalação de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à desta contratação, mediante apresentação de um ou mais atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução anterior de fornecimento, montagem, instalação, testes ou comissionamento de Câmara Frigorífica Modular ou de sistema integrado de refrigeração comercial ou industrial.
- 9.4.4. Não será exigido quantitativo mínimo percentual, considerando que o objeto corresponde a 1 (uma) solução integrada e indivisível, sendo suficiente a comprovação de experiência anterior em objeto similar e compatível com as parcelas de maior relevância da contratação.
- 9.4.5. Será admitido o somatório de diferentes atestados, inclusive relativos a contratos executados em períodos concomitantes, desde que, em conjunto, demonstrem capacidade compatível com o objeto.
- 9.4.6. Os atestados deverão conter, no mínimo, a identificação da pessoa jurídica emitente, o número de inscrição no CNPJ, o endereço ou contato, a descrição do objeto executado, o período de execução, o local e a data de emissão, bem como o nome e a assinatura do responsável pelas informações.
- 9.4.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.4.8. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato, nota fiscal, endereço atual do contratante, local de execução ou outros documentos relacionados à contratação que deu suporte ao atestado.
- 9.4.9. Para a qualificação técnico-profissional, deverá ser indicado profissional legalmente habilitado, registrado no conselho profissional competente e detentor de atribuições compatíveis com a montagem, a instalação e o comissionamento de sistemas de refrigeração comercial ou industrial.
- 9.4.10. A experiência do profissional deverá ser comprovada mediante certidão, atestado de responsabilidade técnica ou documento equivalente regularmente emitido ou registrado no conselho profissional competente, demonstrando sua atuação anterior em Câmara Frigorífica Modular ou sistema de refrigeração comercial ou industrial de complexidade equivalente ou superior.
- 9.4.11. A vinculação do profissional com o fornecedor poderá ser comprovada por contrato social, registro funcional, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura acompanhada da anuência do profissional indicado, não sendo exigida a manutenção de vínculo empregatício permanente.
- 9.4.12. A contratada deverá providenciar, antes do início das atividades técnicas, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o documento de responsabilidade técnica equivalente, correspondente aos serviços efetivamente abrangidos pelo objeto.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

10.1. Do Contratante:

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência, contrato e eventuais anexos.
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, e solicitar que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos deste Termo de Referência, e atestar o efetivo recebimento do objeto contratado.
- 10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.
- 10.1.6. Solicitar ao Contratado emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo Contratado.
- 10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos
- 10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 10.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.1.16. Disponibilizar o ambiente destinado à instalação da Câmara Frigorífica Modular, devidamente liberado, bem como permitir o acesso da contratada ao ponto ou quadro de alimentação elétrica existente no local. Caberá à contratada verificar previamente a compatibilidade da alimentação disponível e executar todas as instalações, adequações, proteções e interligações elétricas necessárias ao pleno funcionamento da solução, nos limites definidos neste Termo de Referência.
- 10.1.17. Assegurar que o local de instalação possua piso, dimensões, condições de acesso e demais condições civis necessárias à execução do objeto, conforme as responsabilidades atribuídas à Administração neste Termo de Referência.
- 10.1.18. Fornecer ao Contratado as informações técnicas disponíveis sobre o local de instalação e comunicar previamente quaisquer restrições de acesso, horários, normas internas de segurança ou condições que possam interferir na execução.
- 10.1.19. Compatibilizar o cronograma de fornecimento e instalação da Câmara Frigorífica Modular com a implantação do Restaurante Universitário, comunicando ao Contratado a liberação do ambiente para início dos serviços.
- 10.1.20. Permitir o acesso dos empregados, técnicos, veículos, equipamentos, ferramentas e materiais do Contratado às dependências da Unidade, desde que previamente identificados e observadas as normas internas de segurança e funcionamento.
- 10.1.21. Designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato e disponibilizar seus contatos ao Contratado.
- 10.1.22. Acompanhar a entrega, a montagem, a instalação, as interligações elétricas e frigoríficas, os ajustes, a partida, os testes operacionais e o comissionamento da solução.
- 10.1.23. Disponibilizar energia elétrica e demais condições operacionais necessárias à realização dos testes e do comissionamento, desde que estejam compreendidas nas responsabilidades da Administração.
- 10.1.24. Verificar, durante os testes e o comissionamento, o funcionamento dos compartimentos e o atendimento às faixas de temperatura estabelecidas, registrando as ocorrências e os resultados constatados.
- 10.1.25. Autorizar, quando tecnicamente necessária, a retirada de equipamentos ou componentes para reparo durante o período de garantia, mediante registro e acompanhamento da fiscalização.
- 10.1.26. Comunicar ao Contratado, com a maior brevidade possível, qualquer falha, anormalidade ou interrupção de funcionamento identificada durante o período de garantia, fornecendo as informações disponíveis para o diagnóstico.

10.2. Do Contratado:

- 10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.2.2. Entregar o objeto contratado acompanhado do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.
- 10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 10.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedente à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- 10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os

bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

10.2.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.10. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

10.2.11. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

10.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

10.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato.

10.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.2.25. Fornecer a Câmara Frigorífica Modular de forma completa e integrada, incluindo todos os materiais, equipamentos, componentes, acessórios e serviços indispensáveis ao seu pleno funcionamento, ainda que não expressamente discriminados, desde que necessários ao atendimento das especificações e ao resultado contratado.

10.2.26. Fornecer exclusivamente materiais, equipamentos e componentes novos, sem uso anterior, compatíveis entre si, adequadamente dimensionados e em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

10.2.27. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga, movimentação dos materiais e equipamentos até o local definitivo de instalação, montagem, interligações elétricas e frigoríficas, ajustes, partida, testes operacionais e comissionamento da solução.

10.2.28. Agendar previamente com a fiscalização a data e o horário da entrega e da instalação, observando as condições de acesso, os horários de funcionamento e as normas internas da UEMG.

10.2.29. Verificar previamente as condições do local de instalação e comunicar formalmente à fiscalização qualquer situação que possa impedir ou comprometer a correta execução do objeto, antes do início dos serviços.

10.2.30. Manter profissional legalmente habilitado e com atribuições compatíveis responsável pelo acompanhamento das atividades técnicas de montagem, instalação, interligações, testes e comissionamento.

10.2.31. Providenciar, antes do início das atividades técnicas, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente perante o conselho profissional competente, referente aos serviços abrangidos pela contratação.

10.2.32. Executar todas as atividades com profissionais devidamente capacitados, identificados e equipados com os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, observando as normas técnicas, trabalhistas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

10.2.33. Proteger as instalações, pisos, paredes, equipamentos e demais bens existentes no local da execução, responsabilizando-se pela reparação integral de quaisquer danos decorrentes de seus empregados, representantes, prepostos ou subcontratados.

10.2.34. Não substituir equipamentos, componentes, materiais, marcas ou modelos constantes da proposta aceita sem prévia autorização da fiscalização, devendo eventual substituição preservar ou superar as características técnicas, a qualidade, o desempenho e a durabilidade originalmente ofertados.

10.2.35. Executar integralmente, às suas expensas, todas as instalações e interligações elétricas necessárias ao pleno funcionamento da Câmara Frigorífica Modular, a partir do ponto ou quadro de alimentação disponibilizado pela UEMG, incluindo levantamento e dimensionamento de carga, quadros de comando e proteção, cabos, condutores, eletrodutos, eletrocalhas, disjuntores, dispositivos de proteção, aterramento, conexões, terminais, suportes, materiais, acessórios, mão de obra, testes e demais adequações necessárias à solução, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2.36. Executar os ajustes, regulagens, programação, partida, testes operacionais e comissionamento, demonstrando que cada compartimento atinge e mantém a faixa de temperatura estabelecida e que todos os sistemas funcionam adequadamente.

10.2.37. Corrigir, antes do recebimento definitivo, todas as falhas, defeitos, pendências ou desconformidades identificadas durante a inspeção, os testes ou o comissionamento, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2.38. Entregar, no momento do recebimento provisório, os manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, certificados de garantia, fichas técnicas, relação dos equipamentos e componentes instalados com indicação de marca, modelo e número de série, relatório dos testes e do comissionamento, documentação de responsabilidade técnica e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

10.2.39. Fornecer orientação básica aos servidores indicados pelo Contratante quanto à operação segura da Câmara Frigorífica, utilização dos controles, procedimentos rotineiros, limpeza, cuidados essenciais e identificação de situações que demandem assistência técnica.

10.2.40. Manter o local da execução organizado e seguro, promovendo, ao término das atividades, a retirada das ferramentas, equipamentos, embalagens, sobras de materiais e resíduos gerados, com a respectiva destinação ambientalmente adequada.

10.2.41. Prestar a assistência técnica e cumprir todas as obrigações relacionadas à garantia nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo diagnóstico, mão de obra, deslocamentos, reparos e substituição de peças e componentes, sem ônus adicional para o Contratante.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.

11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os

dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 264.710,13 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e dez reais e treze centavos), conforme a pesquisa de preços e os documentos integrantes do processo.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor conforme Lei nº 25.698/2026;

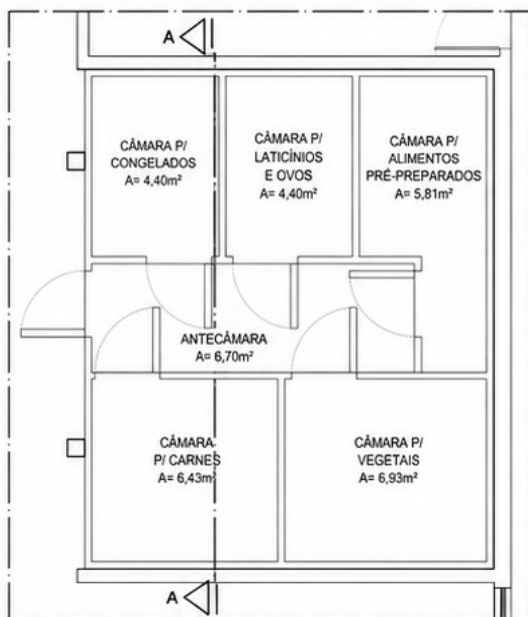
13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 2351 12 364 026 4090 0001 4490 52 0 10 1

13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

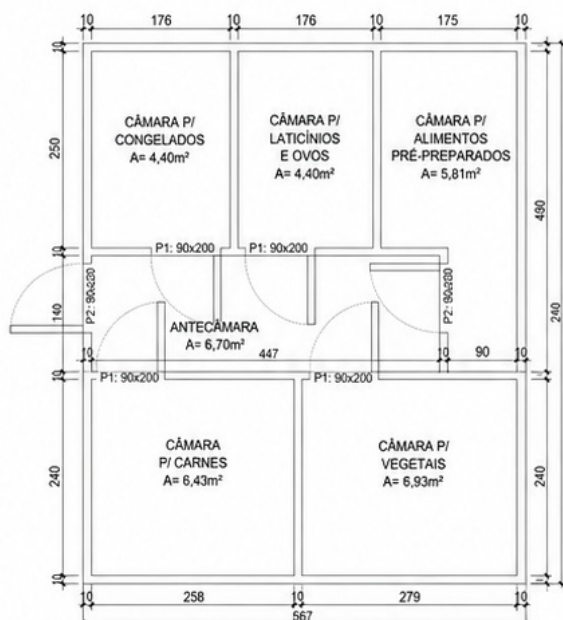
Responsável pela elaboração:
Eduardo de Souza Martinelli
Masp: 1626303-0
Analista Universitário - Compras

Responsável pela aprovação:
Camila Fernanda Costa e Cunha Moraes Brandão
Diretora Acadêmica da Unidade de Divinópolis
Masp: 1487208-9

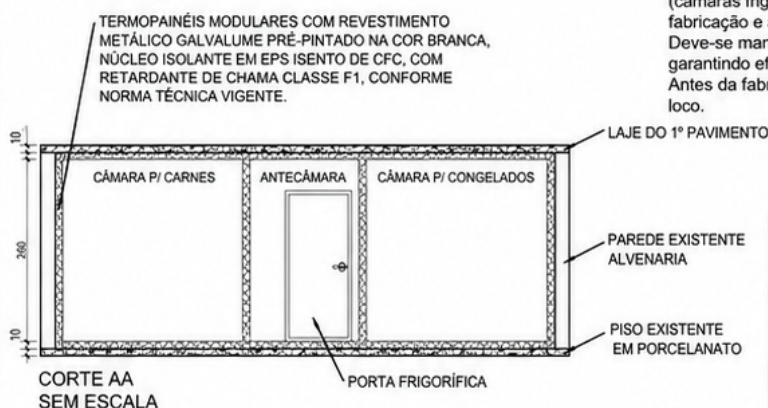
ANEXO I



PLANTA BAIXA - CÂMARA FRIGORÍFICA MODULAR SEM ESCALA



DETALHAMENTO - CÂMARA FRIGORÍFICA MODULAR SEM ESCALA



CÂMARAS FRIGORÍFICAS MODULARES

DISPOSIÇÃO:

- Antecâmara: função de zona de transição térmica e higienização com área de 6,7m². Dimensão interna de 1,5m x 4,47m

- Câmaras principais:

Carnes: área= 6,43m² com dimensão interna de 2,49m x 2,58m

Vegetais: área= 6,93m² com dimensão interna de 2,49m x 2,79m

Alimentos Pré-preparados: área= 5,81m² com dimensão interna de 1,75m x 2,5m e 0,9m x 1,6m

Laticínios e ovos: área= 4,40m² com dimensão interna de 1,76m x 2,5m

Congelados: 4,40m² com dimensão interna de 1,76m x 2,5m

PAREDES E TETO:

Execução em termo painéis modulares na cor branca, com largura padrão de 1.160 mm, produzidos em linha contínua.

Painéis compostos por revestimento metálico Galvalume 0,5 mm, galvanizado a quente e pré-pintado branco (RAL 9003).

Núcleo isolante em EPS (poliestireno expandido), isento de CFC, com retardante de chama classe F1, conforme NBR 11948, e densidade mínima de 13 kg/m³.

Acabamento com primer epóxi e pintura poliéster, protegidos por filme de polietileno.

Fixação e vedação com cantoneiras, perfis U, silicone, selante Sikaflex e rebites de alumínio branco, garantindo estanqueidade e acabamento uniforme.

PISO:

O piso existente em porcelanato será mantido como base, recebendo isolamento térmico completo.

Será aplicada camada de isolamento com placas de EPS de 100 mm, sobre impermeabilização em frio asfalto, garantindo proteção contra umidade e perda térmica.

O sistema deve assegurar vedação contínua, alta durabilidade e fácil higienização.

PORTAS:

Portas de abrir, medindo 0,90 x 2,00 m (vão livre), injetadas com poliuretano interno, com batente metálico, vedação em borracha termoplástica e fechamento por alavanca.

Equipadas com cortinas de tiras de PVC translúcidas, proporcionando isolamento térmico adicional e redução de troca de ar.

REFRIGERAÇÃO: sistema composto por 5 (cinco) unidades condensadoras remotas e 6 (seis) unidades evaporadoras, distribuídas entre as câmaras conforme o dimensionamento técnico do projeto. Controle digital de temperatura e degelo elétrico automático nos módulos de congelados e tubulações de cobre isoladas.

Equipamentos de baixo ruído e baixo consumo de energia, com compressores herméticos trifásicos e ventiladores dimensionados para garantir desempenho estável e eficiente.

ILUMINAÇÃO E ELÉTRICA: luminárias LED IP65, com difusor em policarbonato, acionamento externo e interruptores IP55. Infraestrutura elétrica em canaletas técnicas, com tomadas e conexões adequadas a ambientes frigoríficos, garantindo segurança e resistência à umidade.

OBSERVAÇÕES: sistema modular desmontável, com isolamento térmico contínuo e alta estanqueidade.

Materiais e execução em conformidade com as normas ABNT NBR 15848 (câmaras frigoríficas modulares) e RDC 275/2002 – ANVISA (boas práticas de fabricação e armazenamento).

Deve-se manter juntas, vedações e rodapés sanitários em perfeito estado, garantindo eficiência térmica, durabilidade e segurança sanitária.

Antes da fabricação e instalação, todas as medidas deverão ser conferidas in loco.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE DIVINÓPOLIS PROJETO ARQUITETÔNICO

PROJETO: DETALHAMENTO PARA CÂMARA FRIGORÍFICA DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO		ENDEREÇO: AVENIDA PARANÁ, Nº 3.001 BAIRRO JARDIM BELVEDERE DIVINÓPOLIS/MG	FOLHA: 01/01
ÁREA: 39,00m²	ESCALA: INDICADA	AUTORA: ISABELLA SANTOS	DATA: JANEIRO/ 2026



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Henrique Santos Canedo**, **Técnico Universitário**, em 26/08/2026, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo De Souza Martinelli**, **Analista Universitário**, em 26/08/2026, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Fernanda Costa e Cunha Moraes Brandão**, **Diretor (a)**, em 26/08/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **145115521** e o código CRC **DA7CF4C0**.